



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE OUVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um (21.10.2021), às dez horas e vinte minutos (10h20), por meio de videoconferência através do sistema Cisco/Webex, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a Sessão Solene de Posse de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Tocantins, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada da Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, em usufruto de férias. Além dos Procuradores de Justiça, compôs a mesa de honra virtual a Promotora de Justiça Flávia Souza Rodrigues Cunha, representando o Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato. De início, o Dr. Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, procedeu à leitura do **Termo de Posse** do Procurador de Justiça **Marcos Luciano Bignotti** no cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Tocantins, eleito pelo Colegiado para mandato de 2 (dois) anos, em conformidade com o artigo 53-B da Lei Complementar Estadual n. 51/2008. O termo foi assinado eletronicamente. Na sequência, a palavra foi concedida à Procuradora de Justiça Leila da Costa Vilela Magalhães, que nesta solenidade deixa o cargo de Ouvidora após 2 (dois) mandatos consecutivos. Registrou que encaminhou, formalmente, aos membros do Colegiado, aos Promotores de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e ao Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público – CNOMP os feitos de sua gestão, ora pontuados, de forma sintética: 1) a regulamentação dos procedimentos da Ouvidoria, respaldada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, através da instituição do Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins; 2) a proposição de alteração legislativa visando à estruturação física e de recursos humanos da Ouvidoria; 3) a adequação e ampliação da forma de recepção das demandas da Ouvidoria; 4) o aperfeiçoamento dos servidores por meio de cursos ministrados pela Ouvidoria-Geral da União, ligada à Controladoria-Geral da União – CGU; 5) a responsabilidade por todos os canais de atendimento do Ministério Público, inclusive do interior, em decorrência da pandemia de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Coronavirus, em trabalho conjunto com os Promotores de Justiça da área da saúde; 6) a substituição na forma de tramitação das demandas, do e-Doc para o e-Ext, a pedido dos promotores; 7) o acompanhamento das providências adotadas pelos órgãos de execução, em relação aos protocolos encaminhados pela Ouvidoria, através de compromisso firmado junto à Corregedoria-Geral do Ministério Público; 8) a instituição da Ouvidoria da Mulher, canal especializado ao atendimento às mulheres, adultas e crianças, vítimas de violência, com atendimento por pessoas do sexo feminino; e 9) a realização dos projetos “Ouvidoria nas Escolas” e “Ouvidorias Municipais”, aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sem nenhum custo à Administração. Na oportunidade, fez um breve relato do andamento do Projeto “Ouvidorias Municipais”, que tem como escopo fomentar o controle exercido pela sociedade civil, também conhecido como Controle Social, com a imprescindível participação do cidadão na gestão pública. Destacou que a iniciativa, apoiada pela Controladoria-Geral da União e aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, foi replicada em todo o Ministério Público brasileiro pelo Ouvidor Nacional. Agradeceu ao Colégio de Procuradores de Justiça e aos Procuradores-Gerais de Justiça que deram todo o suporte à sua gestão, os Drs. Clenan Renaut de Melo Pereira, José Omar de Almeida Júnior, Maria Cotinha Bezerra Pereira e Luciano Cesar Casaroti. Salientou, por fim, que foi extremamente reconfortante trabalhar com toda a equipe da Ouvidoria, do Serviço de Atendimento ao Cidadão e do Núcleo de Atendimento DPVAT, que se dedicou ao máximo em suas funções. Agradeceu, ainda, (1) aos Procuradores de Justiça José Maria da Silva Júnior e Moacir Camargo de Oliveira, seus substitutos legais, que sempre estiveram a postos quando necessário; (2) à equipe de seu gabinete, pela compreensão pelo acúmulo de mais uma função; (3) ao Promotor de Justiça Delveaux Vieira Prudente Júnior, pelo auxílio nas demandas da 1ª Procuradoria de Justiça; e (4) a todos os membros da Comissão Permanente de Documentos Sigilosos – CPDS, com quem teve o prazer de trabalhar e contribuir para os estudos dessa área. Ao final, desejou felicidades ao seu sucessor na condução dos trabalhos, frisando que, hoje, a Ouvidoria possui os instrumentos necessários para oferecer um serviço de qualidade, que merece o

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

reconhecimento tanto do público interno quanto externo. Ato contínuo, o Dr. Marcos Luciano Bignotti, empossado no cargo de Ouvidor, fez o seu discurso, ora registrado de forma resumida: 1) rogou a Deus que possa iluminar a Ouvidoria, a fim de que seja, de fato, os ouvidos da sociedade tocantinense; 2) o órgão, por meio de todos os canais abertos, atende aos reclamos, às exigências e às expectativas dos cidadãos, demonstrando ao *Parquet* os rumos que devem ser tomados; 3) é preciso mencionar o grande trabalho desempenhado por sua antecessora, a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, cujos projetos desenvolvidos estão trazendo resultados; 4) a gestão anterior levou a Ouvidoria às escolas, permitindo aos alunos conhecerem a “chave” para a abertura da Instituição às suas expectativas; e 5) fez também um grande trabalho à frente da implantação das Ouvidorias Municipais, para que os municípios tenham acesso à administração de suas cidades, projetos esses que dará continuidade. Por fim, agradeceu a todos pela confiança e pediu a Deus que ilumine e abençoe os trabalhos. Logo após, a Promotora de Justiça Flávia Souza Rodrigues Cunha, em nome da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, consignou que a entidade de classe fez questão de prestigiar a presente solenidade de posse por entender que a Ouvidoria é um excelente canal de comunicação entre a sociedade e o Ministério Público. Ressaltou que o órgão ministerial, além de ouvido, deve ser “a voz” da sociedade, pois através de seus canais de comunicação são feitas as reclamações, solicitações, críticas e aplausos, sendo ainda uma forma de controle social. Saliou ainda que, em tempos de PEC 5/2021 e ataques à Instituição, quanto mais próximo o Ministério Público estiver da sociedade, mais fortalecido estará. Desejou, ao final, uma excelente gestão ao Dr. Marcos Luciano Bignotti. Dando prosseguimento, todos os demais membros do Colegiado presentes fizeram uso da palavra para parabenizar a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães pelo brilhante trabalho desenvolvido na Ouvidoria por 2 (dois) mandatos consecutivos, ao conferir um novo *status* ao órgão, promover dinâmica no andamento das demandas e aperfeiçoar os processos já existentes. Desejaram ainda sucesso ao Dr. Marcos Luciano Bignotti neste novo desafio, destacando o seu perfil atencioso, a sua experiência na carreira e suas qualidades enquanto gestor, se colocando à

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

disposição para lhe auxiliar no que for necessário. O Presidente, então, parabenizou a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães pelo trabalho de excelência promovido à frente da Ouvidoria nesses 4 (quatro) anos de gestão, sendo, de fato, um exemplo a ser seguido na Instituição, frisando o orgulho que sente ao fazer parte do Ministério Público a tendo como colega. Congratulou a ex-Ouvidora pela estruturação do órgão, pela normatização de seus atos e pela criação de novos canais de comunicação com a sociedade. Destacou em especial os projetos desenvolvidos e executados, a exemplo das Ouvidorias Municipais, da Ouvidoria da Mulher e da Ouvidoria nas Escolas, que têm por escopo aproximar a sociedade ao Ministério Público e demais órgãos estatais. Enfatizou a importância do apoio da sociedade para que a Instituição permaneça forte, em combate aos “inimigos” externos, como ocorrido na manifestação contra a aprovação da PEC 37/2011 e, mais recentemente, da PEC 5/2021. A respeito desta última proposta de emenda à Constituição, destacou o excelente trabalho do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, juntamente com integrantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, em seu enfrentamento. Salientou que esteve presente também, nos últimos dias, junto com os representantes de classe e o Dr. Edson Azambuja, visitando parlamentares para demonstrar os malefícios que a aprovação da PEC 5/2021 ensejaria ao Ministério Público e à sociedade. Ao Dr. Marcos Luciano Bignotti, desejou sorte na gestão à frente da Ouvidoria, estando a Procuradoria-Geral de Justiça à disposição para auxiliá-lo caso necessário. Disse ter a certeza de que o novo Ouvidor irá impor seu ritmo aos trabalhos, aliado às suas características, em prol do desenvolvimento do órgão, em busca da aproximação, ainda maior, do *Parquet* com a sociedade. Ao final, o Ouvidor empossado convidou o Procurador de Justiça Moacir Camargo de Oliveira para ocupar o posto de **Ouvidor Substituto**, o que foi prontamente aceito. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às onze horas (11h), do que, para constar, eu, _____, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico:
www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti